

HT-168



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História**

Tese de Licenciatura

TEMA:

Fauna bravia, seu impacto negativo para a segurança alimentar. Estudo de caso: Localidade de Nhacapiriri de 1992 à actualidade

Autor:

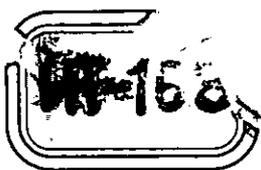
David Sansão Dumangane

Supervisor:

Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Setembro de 2005



HT-168

Fauna bravia, seu impacto negativo para a segurança alimentar. Estudo de caso: localidade de Nhacapiriri de 1992 à actualidade

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por David Sansão Dumangane

**Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de letras e ciências Sociais
Departamento de História**

**Autor: David Sansão Dumangane
Supervisor: Prof. Doutor Arlindo Gonçalves Chilundo**

Maputo, Setembro de 2005

O Júri

O presidente

Dr. Helder

O Supervisor

Arlindo

O Oponente

Paulo

Data

15, 12, 2005

U.E.M. - F.L.C.S.
R. E. 3.08.10
DATA 24.1.06
AQUISIÇÃO oferta
COTA HT-168

<i>ÍNDICE</i>	<i>Página</i>
DECLARAÇÃO	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
ABREVIATURAS	vii
<i>I. CAPÍTULO-INTRODUÇÃO</i>	<i>1</i>
1.1. INTRODUÇÃO	1
1.2. JUSTIFICATIVA	4
1.3. PROBLEMATIZAÇÃO	8
1.3.1. FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA	9
1.4. METODOLOGIA	11
1.5. DISCUSSÃO DE CONCEITOS	12
1.6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
<i>2. CAPÍTULO - CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO.</i>	<i>23</i>
2.1 LOCALIZAÇÃO.	23
2.2. ORIGENS DO CONFLITO-CAUSAS.	24
2.3. A GUERRA COMO FACTOR DE DISPERSÃO POPULACIONAL	25
2.4. A PROBLEMÁTICA DO REASSENTAMENTO.	27
<i>3. CAPÍTULO. IMPACTO DO CONFLITO HOMEM-ANIMAL NA DINÂMICA SÓCIO-ECONÓMICA DE NHACAPIRIRI.</i>	<i>33</i>
3.1. OS EFEITOS SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR.	33
3.2. DIVERGÊNCIAS POPULAÇÃO-AUTORIDADES.	33
3.3. ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA FACE AO CONFLITO	36
CONCLUSÃO	38
FONTES ORAIS (Entrevistas)	41
JORNAIS E REVISTAS	42
<i>Anexos.</i>	
Anexo 1 _ Mapas.	
Anexo 2 _ Fotos	
Anexo 3 _ Tabela	

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, à minha esposa e filhos e a todos aqueles que tornaram possível este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Um profundo apreço ao Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo, supervisor deste trabalho, ao Prof. Doutor João Paulo Borges Coelho por me ter despertado interesse pela abordagem do conflito homem-animal, na Província de Tete.

À Dr^a. Bertine, funcionária sénior da FAO, pelo contributo para o sucesso do trabalho de campo.

À Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

Ao Eng. Foloma, funcionário sénior da Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, pelo apoio material para o sucesso do trabalho.

Ao Dr. Pariela funcionário sénior da Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia pela disponibilização de material sobre a fauna bravia.

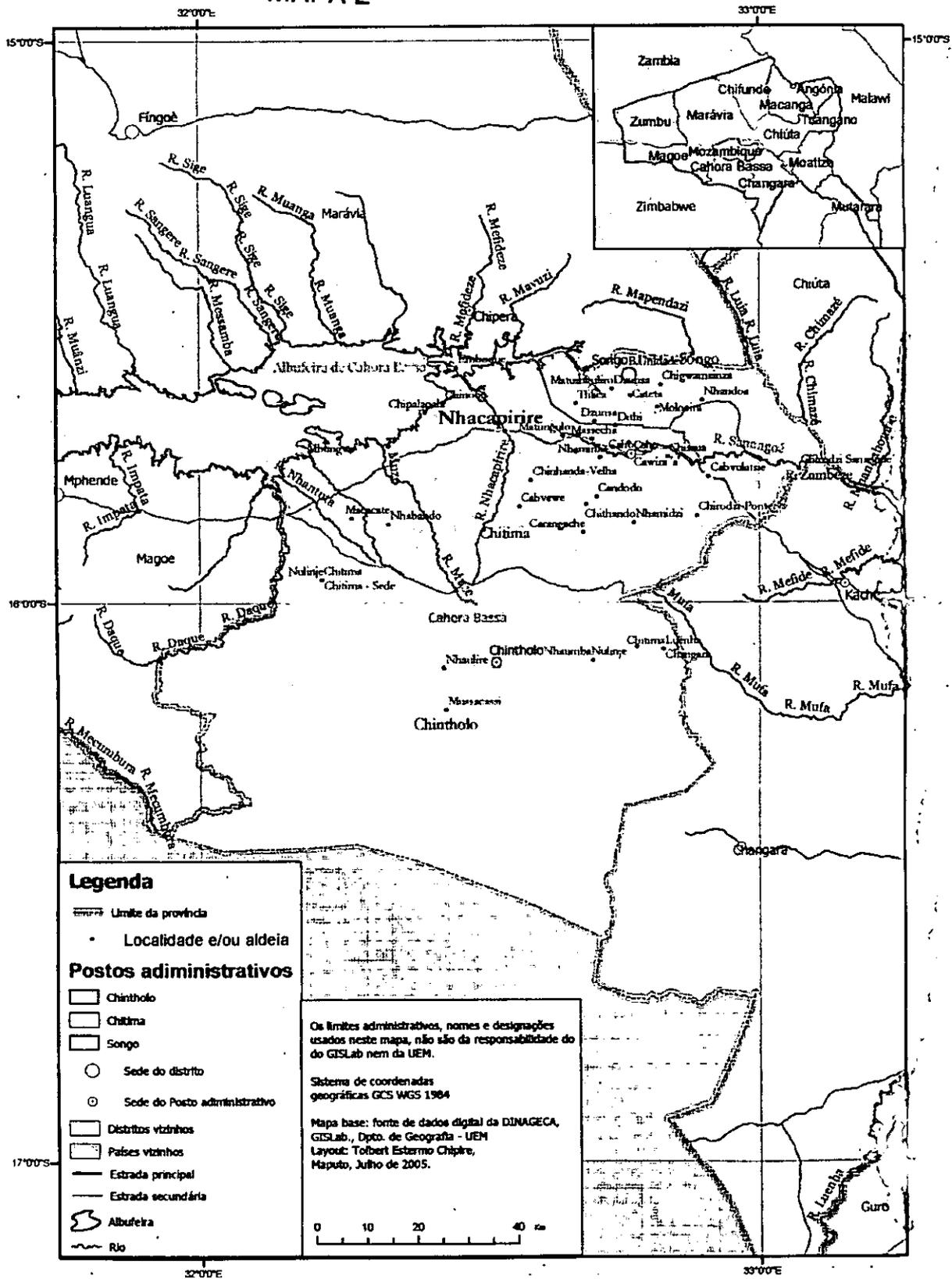
Ao Dr. Namanha, pela valiosa contribuição para a compreensão das lacunas do projecto Tchuma Tchato.

Ao Ministério do Turismo, à Direcção Provincial do Turismo pela disponibilização de importante documentação sobre o conflito homem-animal.

Aos Doutores Paulo Lopes e Luís Meque, pelo seu tempo disponibilizado no acompanhamento em todos os contactos para a recolha bibliográfica.

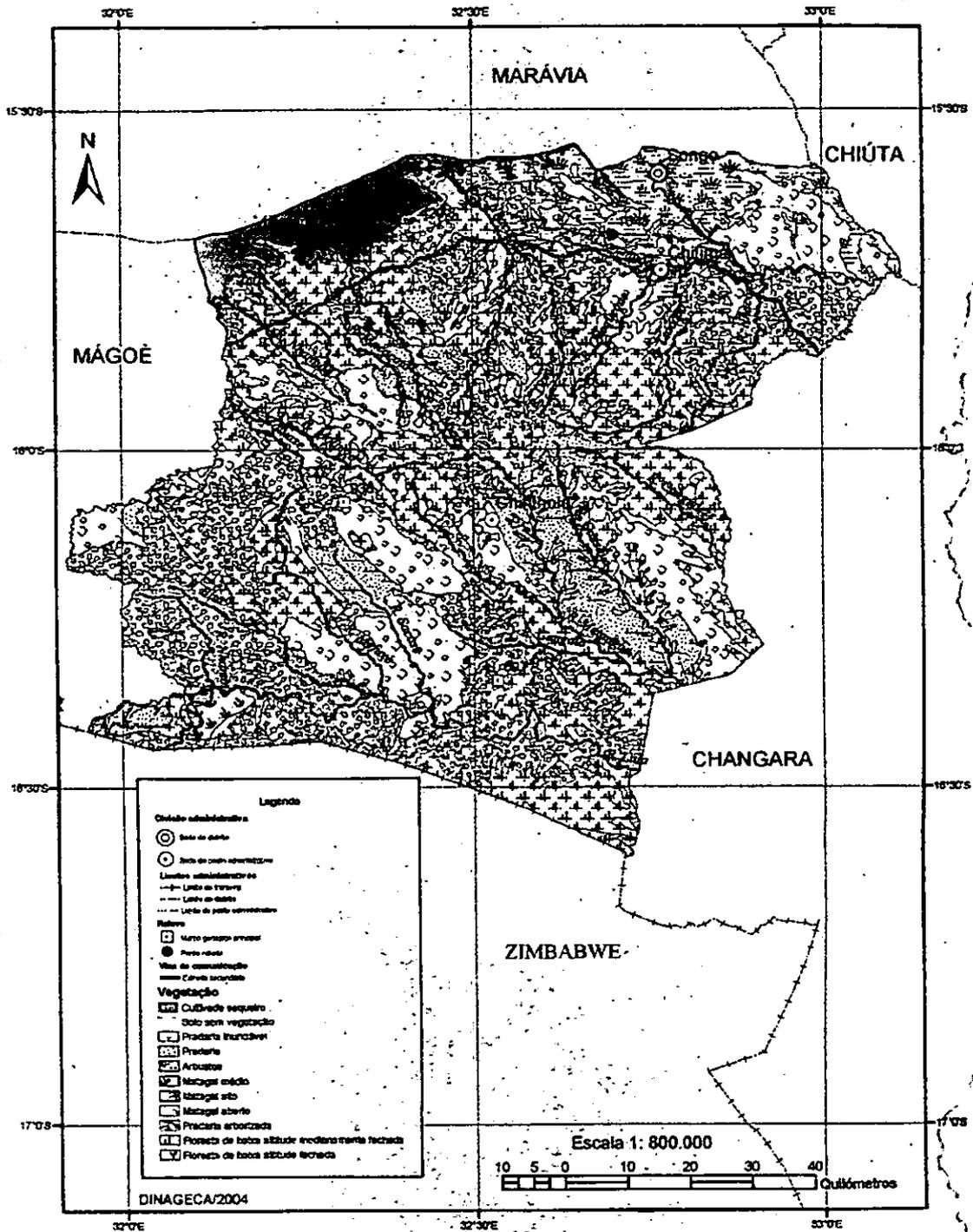
Ao NET que financiou e tornou possível a pesquisa na Província de Tete.

MAPA 2



MAPA 1

Vegetação do Distrito de Cahora Bassa



RESUMO

O presente trabalho tem como principal objectivo, abordar a problemática do conflito homem-animal, avaliar as implicações que os elefantes têm na segurança alimentar no Distrito de Cahora Bassa e com particularidade na localidade de Nhacapiriri. Pretende-se por outro lado avaliar a dimensão deste conflito e demonstrar até que ponto a investida dos elefantes nas machambas em Nhacapiriri afecta de forma negativa a segurança alimentar.

O trabalho apresenta-se estruturado em três capítulos.

O I capítulo começa com uma introdução, que comporta a justificação do tema, a problematização e a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho. A discussão do conflito homem-animal obriga à utilização de conceitos para melhor compreensão desta abordagem. Vários autores foram consultados e até indivíduos residentes na localidade em estudo deram a sua versão sobre os problemas que os elefantes provocam e todos se confrontam na revisão bibliográfica que termina o I capítulo.

O II capítulo faz a contextualização sócio-económica do distrito e mostra a localização geográfica de Nhacapiriri e começa com a discussão das principais causas do conflito. Demonstra-se também neste capítulo como é que a guerra contribuiu para agudizar este conflito através da dispersão da população em busca de refúgio durante a guerra de desestabilização. A falta de políticas visando proteger as populações contra os animais que haviam tomado as aldeias já no fim da guerra é abordada na problemática do reassentamento.

O III capítulo encerra este trabalho apresentando os impactos que este conflito provocou na segurança alimentar devido à destruição das culturas e algumas divergências entre as autoridades e as populações.

Tratando-se de um conflito de que ainda se reporta actualmente, é importante pensar nas estratégias de sobrevivência dessa população de Nhacapiriri, porque os elefantes continuam a multiplicar-se e sem mecanismos de redução oficiais satisfatórios para as populações, este conflito vai ganhar contornos incomensuráveis nos próximos tempos.

A conclusão apresenta as principais linhas que podem ajudar a mitigar este conflito homem-animal nas suas várias abordagens.

ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

CEA – Centro de Estudos Africanos

CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora-

CBNRM - Community Based Natural Resources Management.

DNFFB – Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

DINAGECA – Direcção Nacional de Geografia e Cadastro.

DB – Departamento de Biologia-Universidade Eduardo Mondlane

FAO – Food and Agricultural Organization.

FAEF – Faculdade da Agronomia e Engenharia Florestal.

FLCS – Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

ISANI – Inspeção dos Serviços Administração dos Negócios Indígenas.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. And Natural Resources

MADER – Ministério de Agricultura e desenvolvimento Rural.

MCRN – Maneio Comunitário dos Recursos Naturais.

MITUR – Ministério do Turismo.

MIKE – Monitoring Illegal Killing Elephants.

MICOA – Ministério da Coordenação da Acção Ambiental.

NET – Núcleo de Estudos da Terra e Desenvolvimento.

SPFFB – Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia.

SDFFB – Serviços Distritais de Florestas e Fauna Bravia.

TT – Tchuma Tchato.

WFP – World Food Programme.

WWF – World Wildlife Foundation.

I. CAPÍTULO

1.1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objectivo, abordar o conflito existente entre o homem e o animal, a disputar o mesmo espaço, e demonstrar como a dimensão dessa disputa concorre para acentuar os défices alimentares na localidade de Nhacapiriri. Com efeito, tem se verificado nos últimos tempos um esforço cada vez maior na conservação e gestão dos recursos faunísticos, sobretudo aqueles cujos efectivos tendem a desaparecer devido a factores humanos ou naturais. Os países estão mais interessados nos últimos tempos ou demonstram interesse em preservar os recursos que apresentam uma escassez progressiva, sobretudo no continente africano onde se registam consideráveis efectivos de animais bravios e que por consequência atrai, desde safaristas, turistas e até caçadores furtivos de vários países, estes últimos com objectivo de extinguir algumas espécies.

Ao tratarmos a fauna bravia, vamo-nos referir ao elefante,¹ que é o principal responsável pelas destruições que se verificam na localidade de Nhacapiriri. Estamos a falar do elefante, cuja denominação científica é *loxodonta africana*, que pode atingir dois a três metros de comprimento e pesa até seis mil quilos, podendo viver até 60 a 70 anos. Este animal é considerado pacífico e que só ataca quando se sente em perigo.

Históricamente, os elefantes habitavam as áreas do Sul do Sahara, embora actualmente estejam restritos às florestas, montes e savanas dos parques e reservas, devido à invasão

¹ Wild World of animal elephant and other land giants. 1977

humana e à expansão agrícola (vide Mapa 2, anexo 1). O elefante possui um sofisticado olfacto que o ajuda a reconhecer a uma distância de seis quilómetros, a existência de uma machamba com milho ou algodão.²

De acordo com o IUCN, o elefante é a única espécie em perigo de extinção e consta no apêndice I da Convenção sobre Espécies ameaçadas da fauna e flora, e está ameaçado pela caça ilegal e perda do seu habitat.

De modo a fazer face a estes desmandos protagonizados por entidades anónimas em muitos casos reportados, várias convenções foram assinadas visando a protecção destas espécies consideradas em extinção e Moçambique não foi excepção. É nesta linha de actuação que a CITES, de que Moçambique é membro, não só protege as espécies em extinção, como também ajuda os países a inventariarem os seus recursos faunísticos e até fixa as quotas de abate dos animais potencialmente considerados em extinção, como é o caso do elefante.

É à volta deste paquiderme que o presente trabalho vai se debruçar, visto que ao longo do tempo foi se ignorando uma outra componente a proteger neste ambiente, o que abriu espaço para o conflito homem animal, principal matéria deste trabalho e que nos últimos dias ganhou dimensão incomensurável.

Conflito homem animal que será referenciado ao longo deste trabalho, assumiu uma dimensão de calamidade em todas as localidades situadas na zona sul deste distrito de

² Namanha (Entrevista).

Cahora Bassa, incluindo também aqueles que se situam a leste do mesmo, são casos de Chintholo, um verdadeiro paraíso do elefante.

Em todos estes locais apresentados como problemáticos devido ao elefante, o camponês quando chega à sua machamba encontra as culturas destruídas por este paquiderme, pois o mesmo fez a colheita antes do dono lá chegar. Neste contexto, todos os locais estudados se apresentaram com problemas desta natureza. O pouco que resta das colheitas, na calada da noite o elefante vai comer directamente do celeiro, deixando o dono numa situação crítica em termos de suficiência alimentar.

Questiona-se por outro lado, como é que se opta por zonas distantes da aldeia, que podem estar a 25 Km. A resposta é que estes locais são os mais férteis e que são um legado dos seus ancestrais, e por isso não podem deixar de praticar a agricultura por causa dos elefantes, apesar dos danos que estes provocam.

Torna-se pois importante discutir com profundidade e compreender este conflito que já opõe os residentes de Nhacapiriri das autoridades por falta de acção que possa conduzir à solução do problema, que, na óptica destas populações, passa pela eliminação de muitos deles, isto é, um em cada localidade. Os argumentos do governo já não convencem e todos advogam o abate e não o afugentamento, defendido pelo governo.

1.2. JUSTIFICATIVA

Não se afigura fácil abordar a génese do conflito que opõe o homem do animal, num país com poucos recursos para promover uma política orientada para a conservação das espécies consideradas em vias de extinção. É assim que os países da região e não só adoptaram métodos de acção visando salvaguardar interesses ligados à componente conservação, consubstanciando-se na adesão a organismos de protecção e monitoria do abate do elefante.

O que está a acontecer na localidade de Nhacapiriri não é facto isolado, pois fenómenos idênticos ocorrem um pouco por todo o país, e o elefante é apontado como o grande responsável pela destruição de culturas, factor que concorre para a redução de reservas alimentares. Sabe-se por outro lado que o problema não é novo, contudo, nos últimos tempos os elefantes constituem uma autêntica calamidade.³

Do ponto de vista sanitário, a localidade está dotada de um posto de saúde que, apesar dos esforços empreendidos pelas autoridades locais, os casos de mal-nutrição calórico-protéico são frequentes, e são pontualmente tratados com uma mistura conhecida por LOA-leite, óleo e açúcar. Ainda na vertente alimentar, a dieta das famílias é pobre e é composta por farinha de milho ou mapira acompanhada por verduras.

Esta tem normalmente duas refeições por dia, chegando a ter três, na época de colheita e reduzindo para uma nos momentos de crise.⁴

³ Na zona sul do país (Reserva de Maputo) segundo o Jornal "Zambeze" de 2 de Junho de 2005, reportava que os elefantes estavam a semear luto e provocando danos avultados em Matutuine, onde já dizimaram cerca de 700 hectares de culturas afectando muitas famílias. Estes problemas ocorrem também em Cabo Delgado

⁴ Perfil distrital de segurança alimentar: 1998-2-3

O objecto de estudo é a Província de Tete, especificamente no Distrito de Cahora Bassa, Posto Administrativo de Chitima, localidade de Nhacapiriri. A opção fundamenta-se pela existência de uma riqueza faunística que não só atraiu os próprios residentes, como também despertou atenção das autoridades que por sua vez atraíram alguns investimentos no sector. A população, apoiada por algumas ONG's, com destaque para a fundação Ford, ergueu com sucesso o Projecto eco-turístico denominado Tchuma Tchato, parte importante do conflito.

Este projecto de conservação nasce paralelamente com um problema; o conflito homem-animal, pois foi implantado no mesmo espaço físico e, por força das políticas de preservação da fauna bravia traçadas pelo Governo, aliadas a falta de demarcação espacial que facilitasse qualquer pessoa a conhecer onde começa e onde termina o projecto. A linha imaginária existente e a pequena vedação que só se pode ver entre a zona de Chipalapala em direcção ao Distrito de Magoé, existe de jure e não de facto. Os animais que fustigam a localidade de Nhacapiriri são maioritariamente oriundos do projecto TT, que goza de protecção contra abates indiscriminados do elefante, principal agente destruidor de culturas agrícolas nesta localidade.

O ano de 1992 marca o fim da guerra entre o governo da Frelimo no poder e a Renamo, que levou 16 anos. Com o fim da guerra, as pessoas já podiam circular livremente. Iniciou-se o processo de reassentamento massivo das populações em locais considerados corredores de animais. O receio destas populações em retornar às suas zonas de origem era maior porque muitas áreas se encontravam minadas, principalmente o campo onde se praticava a agricultura.

Por outro lado, com o fim da guerra, caçadores furtivos começaram a agitar os animais, provocando a sua dispersão de forma desorganizada, o que deu azo à presença destes animais, principalmente o elefante, nas zonas habitadas pelas populações.

Desde 2003, com as novas políticas do Governo, começaram a ser implementadas regras básicas para utilização dos recursos faunísticos. Mercê das políticas de protecção instituídas pelo governo, estes passaram a circular livremente, criando embaraços nas suas movimentações, pois penetravam tanto nas "machambas" como nas suas residências. O conflito entre o elefante e as populações continua até aos nossos dias, pois ainda se reportam casos idênticos não só em Nhacapiriri, como em toda a zona próxima do projecto Tchuma-Tchato. Estes conflitos tomam corpo quando se aproxima a época das colheitas.

Constitui objecto de estudo no presente tema, o conflito homem-animal, e a disputa para o acesso a recursos na localidade de Nhacapiriri, igualmente serão analisada a razão da relutância das populações em continuar a coabitar com os animais bravios conhecendo o perigo eminente, assim como o impacto negativo da acção dos elefantes para a segurança alimentar.

O principal problema assenta nos seguintes pilares: Se as populações conhecem o perigo, porquê está renitente em abandonar as zonas potencialmente consideradas como corredores de elefantes, e até que ponto a acção destes elefantes influencia negativamente a segurança alimentar da população de Nhacapiriri?

Como objectivo geral deste estudo, pretende-se avaliar o impacto da acção do elefante na segurança alimentar das populações de Nhacapirir.

Constituem objectivos específicos deste trabalho:

- Compreender as causas da disputa do espaço entre o homem e o animal;
- Compreender as razões da relutância das populações em abandonar as regiões de circulação animal;
- Avaliar os danos causados pelo elefante nas culturas e celeiros e;
- Analisar o impacto negativo destes danos para a segurança alimentar..

Moçambique já foi considerado como um dos países do continente africano com um invejável potencial faunístico, quer pela diversidade das suas espécies, quer pela quantidade, e é importante destacar a população de elefantes como a que mais se assinalava e que atingiu níveis insuportáveis, do ponto de vista de prejuízos no meio populacional.

Depois da independência de Moçambique, mais concretamente nos finais da década 70 e início de 80, o governo, preocupado com desmandos que se verificavam na área da fauna bravia, esboçou um programa de âmbito nacional que consistia na sensibilização das populações sobre como respeitar e preservar os valores sócio-económicos da fauna bravia. Por outro lado, devido a factores derivados da guerra de desestabilização movida pelo Movimento Nacional de Resistência, o sector sofreu um duro golpe, pois além dos actores principais desta guerra, entraram em cena os caçadores furtivos.

Paralelamente à caça furtiva, assiste-se ao abandono massivo das aldeias, buscando segurança. Só que esta opção apenas propiciou a ocupação do espaço abandonado pelos animais que se movimentavam sem controle, ocupando as áreas onde a população pratica a sua agricultura.

A opção por este tema também se prende com o factor actualidade, pois até hoje se reportam incidentes envolvendo animais bravios e as populações em Nhacapiriri, num cenário em que os campos agrícolas é que são os mais visados⁵. O conhecimento da área de estudo como um dos principais focos deste conflito, constituíram também incentivos para escolha.

De igual modo, pretende-se com o tema, explorar as bases e origens dos conflitos prevacentes entre o homem e o animal.

1.3. PROBLEMATIZAÇÃO

Este estudo aborda o problema das queixas que a população de Nhacapiriri vem apresentando constantemente às autoridades locais, pelo ataque que os elefantes fazem tanto na aldeia como nas suas culturas alimentares.

⁵ No período entre 4 e 16 de Abril, em pleno trabalho de campo sobre este conflito, várias vezes o trabalho foi interrompido devido à aproximação dos elefantes.

1.3.1. FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA

A actual legislação sobre a fauna bravia, consubstanciada no relatório⁶, recomenda a proibição de caça sem autorização. Assim, ao proibir-se o abate de animais que, além de potencialmente perigosos para o homem favorece à reprodução livre destes animais. Por outro lado, a circulação descontrolada dos animais bravios em áreas habitacionais, com especial referência para o elefante, o conflito entre estes e a população. Esta situação faz com que o conflito homem-animal agudize até aos nossos dias. Assim o problema da destruição das colheitas agrícolas repercute-se na insegurança alimentar humana cíclica. Esta cadeia de factos levam a que este tema mova interesse na sua abordagem actual.

Este conflito ganha contornos preocupantes como por exemplo quando se reporta a destruição de culturas pelos elefantes⁷, em pleno dia, fenómeno que concorre de forma negativa para a segurança alimentar das populações, concorrendo também para o défice das suas reservas alimentares habituais. Em face destes factores, conclui-se que a investida destes paquidermes contribui de forma significativa para a crise alimentar de Nhacapiriri.

Por exemplo, na região Austral de África e não só, os animais bravios são objecto de uma protecção através de acordos celebrados por governos interessados de vários países, através de organismos para o efeito criado, apesar dos métodos de conservação serem díspares nos respectivos países. Por exemplo, no Quénia, os animais têm a protecção do governo e são

⁶ Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia-Tete. 2003.

⁷ Idem

mantidos em parques. Como defende Dupuy, neste país apenas se reporta a presença de caçadores furtivos e não faz menção do conflito entre estes e as populações⁸

Por exemplo, durante o conflito armado, grande efectivo de diversas espécies foi dizimada, quer por caçadores furtivos locais quer de países vizinhos que buscavam troféus e marfim para o contrabando.

Devido à crise económica que já espreitava o vizinho Zimbábue, o cruzamento entre fugitivos da guerra e os animais para ambos os países ocorreu de forma desorganizada e isso abriu espaço para que as populações se fixassem em qualquer lugar, invadindo áreas proibidas ou reservadas aos animais.

O reassentamento das populações (deslocadas pela guerra) em locais reservados à fauna bravia, nas proximidades do espaço que marca a área da implantação do projecto Tchuma-Tchato, provocou um desequilíbrio em termos quantitativos, pois os animais apresentavam-se em maior número em relação à população reassentada.

O apoio era multiforme, pois era necessário potenciar estas populações em instrumentos agrícolas para ficarem auto-suficientes em termos alimentares. Paradoxalmente, as culturas que estavam a despontar das matas em desbravamento eram disputadas pelos elefantes, por sinal o maior devastador. Por outro lado, devido aos problemas deste conflito homem-animal, reportava-se em paralelas migrações homem-animal cruzando a fronteira Moçambique-

⁸ Dorst:1976

Zimbabwe,⁹ graças à agitação de que os animais sofriam, quando eram caçados ou afugentados.

De uma forma geral, a população queixa-se dos animais bravios que destroem as suas culturas e ameaçam-na e na localidade de Nhacapiriri, os elefantes abriram novas rotas migratórias, aparecendo em áreas onde nunca haviam sido vistos,¹⁰ em busca de água ou campos semeados para se alimentarem, nas zonas baixas.

Para a nossa principal questão, afigura-se-nos uma única hipótese, pois se trata de comprovar que os elefantes são o principal factor de insegurança alimentar naquela localidade.

Assim, se o elefante destrói culturas e celeiros, se as populações conhecem o perigo que o elefante representa e não abandonam os locais onde se encontram, estão criadas condições para uma disputa, e logo, estamos perante um impacto negativo da acção do elefante para a segurança alimentar em Nhacapiriri.

1.4. METODOLOGIA

Para o presente trabalho, foram utilizados os principais instrumentos de pesquisa bibliográfica e obedeceram a duas fases, a primeira em bibliotecas e outras instituições o cruzamento de várias fontes disponíveis em instituições ligadas à gestão de recursos faunísticos tais como a Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, a Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, o departamento de Biologia, a World Wildlife

⁹ JSAS-Número 25-1999

¹⁰ Relatório da Direcção Provincial de Agricultura e desenvolvimento Rural. Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia. Dezembro-2003

Foundation, o Centro de Estudos Africanos-CEA, Food and Agricultural Organizations-FAO, World Food Programme-WFP, Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia e a segunda, no trabalho de campo, na Província de Tete, mais concretamente na localidade de Nhacapiriri.

A observação participante, as entrevistas semi-estruturadas aos principais actores no terreno (na localidade em estudo) constituíram um valioso exercício para enriquecer o cruzamento das fontes sobre o conflito existente entre o animal e o homem.

1.5. DISCUSSÃO DE CONCEITOS

No presente trabalho estão patentes alguns conceitos que corporizam a abordagem do conflito, ajudam a compreender a sua dimensão e é neste contexto que ao longo do trabalho encontramos segurança alimentar, comunidade, fauna bravia entre outros.

Assim, no conceito sobre a segurança alimentar, muitas fontes consultadas definem-no como acesso físico e económico, de todos os indivíduos e em todas as alturas, a alimentação suficiente para poder sustentar uma vida activa e saudável. Os pressupostos para a segurança alimentar são a disponibilidade, o acesso e a utilização¹¹.

Numa outra análise, este conceito é definido, ainda com pequenas diferenças de formulação, em que a segurança alimentar é apresentada como uma condição na qual a população tem acesso físico, económico e social a alimentos saudáveis e nutritivos durante um determinado

¹¹ Ministério do Plano e Finanças-Glossário de termos sobre pobreza absoluta. Maputo. 1999

período, para satisfazer as necessidades de dieta e preferências, para uma vida activa. Tem também os mesmos pressupostos que são a disponibilidade, o acesso e utilização. A disponibilidade, segundo o conceito de segurança alimentar, é definida como sendo a quantidade bruta de alimentos que existe e que irá existir durante o ano de consumo, e tem como indicadores os dados da produção doméstica bruta, e incorpora factores que influenciam esta disponibilidade que podem ser, por exemplo, agro-ecológicos, económicos e até institucionais¹²

Segurança alimentar, este conceito pressupõe a capacidade das famílias disporem de recursos para adquirir uma alimentação adequada para satisfação das suas necessidades. Finalmente, a utilização é definida no mesmo conceito como a transformação dos alimentos numa dieta adequada, ingerida pelo indivíduo e absorvida pelo organismo, e tem como indicadores de utilização, as necessidades nutricionais individuais que dependem da idade, sexo, estado de saúde e tipo de actividade física.

Em síntese, este conceito é discutido em várias obras e ressaltam os principais pilares disponibilidade, acesso e utilização.¹³ Os pressupostos já citados são a disponibilidade, a acessibilidade e a utilização dos alimentos e seus detalhes.

Fauna bravia, segundo a definição que é feita na Lei 10/99 de 7 de Julho designa-se como sendo “o conjunto de animais terrestres, anfíbios e avifauna selvagens, e todos os mamíferos aquáticos, de qualquer espécie, em qualquer fase do seu desenvolvimento, que vivem

¹² Seminário Nacional de Segurança Alimentar do MADER. Maputo. 1998

¹³ Disponível no website www.feedingminds.org; consultado a 01/11/2004.

naturalmente, bem como as espécies selvagens capturadas para fins de pecuarização, excluindo os recursos “pesqueiros”¹⁴

Nesta lei definem-se também o que é uma comunidade local, a floresta e o património faunístico, conceitos importantes que certamente serão mais desenvolvidos neste trabalho e ajudarão a tratar este assunto com objectividade.

Comunidade, segundo Kempe, é um conjunto de pessoas ou grupo que coabitam numa mesma área, partilham interesses comuns, laços familiares, relações sociais comuns, actividades económicas semelhantes no seu quotidiano, controlam e usam os mesmos recursos com a mesma finalidade, sem, contudo pertencera mesma unidade.¹⁵

1.6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As principais obras de referência foram consultadas na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Centro de Estudos Africanos, Núcleo de Estudos e Desenvolvimento de Terra –NET, Arquivo Histórico de Moçambique, Ministério da Agricultura, Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO, Ministério do Turismo e o IUCN, DNFFB entre outras.

Relatórios, jornais e revistas fizeram parte desta busca de fontes para compreender as principais razões que fazem com que as pessoas, sabendo do perigo que os elefantes representam não só na destruição das suas machambas, como na sua própria vida.

¹⁴ Lei da Fauna Bravia.

¹⁵ Kempe.T-2000-9

Para consubstanciar a dimensão deste conflito foi definida, muito recentemente uma quota de abate de alguns animais, entre os quais 40 elefantes, a efectivar na época de caça do ano 2005. O equilíbrio ecológico foi o motivo principal invocado para esta selecção.¹⁶

Várias teses foram compulsadas para descobrir uma possível abordagem sobre o conflito do homem com o animal na disputa do mesmo espaço, bem como compreender as principais razões que levam estas populações a pautarem pela convivência com animais bravios.

Não foi encontrado nenhum trabalho que de forma geral ou específica aborda a problemática do conflito homem-animal e a preocupação sobre o perigo que os elefantes representam para a segurança alimentar, como acontece na localidade de Nhacapiriri, onde as machambas são devastadas, sobretudo nesta época de colheita (vide foto 3, anexo 2)¹⁷.

Há vários factores que concorreram para a multiplicação desenfreada destes paquidermes e entre estes se destacam a retirada do apoio por parte da Fundação Ford durante dois anos, passando a ser autónomo na manutenção do programa e, com a identificação de novas rotas migratórias dos elefantes, abriu-se espaço para se combater a caça furtiva que até conduziu a apreensão de armas do tipo AK47¹⁸ aos caçadores furtivos, arrancados aos fiscais.

É curioso notar que estes caçadores não só são estrangeiros, como também nacionais. Estes prevericadores dedicam-se a este desmando e estão até dotados de acampamentos que, uma

¹⁶ Semanario Domingo de 23/11/2004 (ver anexo) Quotas de abate nas coutadas oficiais-2005.

¹⁷ O mes de Março é de colheita neste distrito., e este abate esta inserido nas instrucoes da CITES.

¹⁸ Arma de fogo de fabrico soviético.

vez descobertos, são destruídos. Neste rol de caçadores furtivos encontram-se angolanos, zairenses, zambianos e zimbabwuanos. Os zambianos, eram dirigidos por Ackson Kihirika que até ergueu um pequeno bairro nos corredores dos elefantes.¹⁹

As principais causas do conflito são a existência de residências e machambas nos arredores e habitat de animais, destacando-se o elefante como principal factor de instabilidade e este fenómeno agrava-se devido à dispersão populacional.²⁰

Como estratégias para mitigar os efeitos causados por estes paquidermes, várias medidas foram tomadas para afugentá-los nomeadamente o uso do fogo, o toque do batuque e até vedação eléctrica. Todavia, neste momento algumas destas medidas já não surtem efeitos, pois o elefante já não as teme. As últimas medidas eficazes resumem-se no uso do piri-piri.²¹ Os disparos de armas de fogo ajudam também a afugentar estes paquidermes.. O gasóleo²², e finalmente, a aplicação de óleo queimado à volta da machamba são medidas suplementares para detêr a investida dos elefantes às machambas.

Como se pode depreender, a principal agenda dos vários intervenientes nomeadamente as autoridades e as comunidades locais era o estudo das alternativas de defesa de pessoas e seus bens contra os efeitos devastadores dos animais bravios enquanto se esboçam planos de resolução deste conflito.

¹⁹ Direcção Provincial do Turismo de Tete. Relatório Anual de 2003.

²⁰ In: RELATÓRIO (2002 a 2003), o número de machambas destruídas subiu de 90 para 103.

²¹ Aplica-se piri-piri numa corda e cerca-se a machamba. Este processo apresenta-se ultrapassado pois o elefante já não o teme.

²² Usado também para afugentar os elefantes através do cheiro, consiste em aplicá-lo num espantalho.

Estes corredores de elefantes são referidos como antigos. Por exemplo, o corredor denominado "Mulenzva" é conhecido há anos. Os elefantes e outros animais atravessam o rio Luangwa, na Zâmbia para Moçambique e vice-versa, delimitado por uma fronteira de 1,5Km ao norte por uma árvore, que no local é conhecida por "Mugandza tree" e o rio Luazi.²³

Uma das razões para estes problemas da invasão e destruição das culturas agrícolas pelos elefantes é que o projecto Tchuma Tchato não está vedado e por isso facilita a movimentação livre destes animais devido à natureza do projecto. Numa tentativa de suster o avanço dos elefantes nesta região, um responsável do Mulamba Safaris²⁴ chegou a propor que os caçadores furtivos fossem transformados em fiscais, buscando a sua experiência no tratamento dos animais. Todavia, tratando se de indivíduos cadastrados devido à sua acção furtiva, pouco se pode esperar pela reconversão destes elementos.

O ecoturismo encontra sustentabilidade nas principais políticas sobre recursos faunísticos e reservas florestais na *Política e estratégia de Desenvolvimento Floresta e Fauna Bravia*.²⁵

Por seu turno, Namanha (1999) afirma que após a guerra civil e a emergência do sistema multipartidário é que iniciou a reconstrução do país, principalmente nas sociedades rurais onde foi promovido um desenvolvimento económico sustentável dos recursos naturais. Com

²³ Relatório:Relatório da viagem conjunta Mitur-Mader:2003.

²⁴ Empresa autorizada a operar na zona em estudo.

²⁵Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.Mapuito. 1996

a constituição da CBNRM²⁶, este tornou-se um valioso instrumento estratégico na parceria entre o Governo e as comunidades.²⁷

Namanha (1999), na sua abordagem sobre a pesca que beneficiou de uma gestão não comparável com a fauna bravia, designou de "*umbrella of the Tchuma Tchato project*". Analisando o seu argumento, os pressupostos que invoca na questão do Maneio Comunitário dos recursos naturais já não encontra sustentabilidade, por causa da conjuntura actual ditada pela introdução de novos procedimentos e a contínua reformulação do MCRN²⁸ para melhor responder às várias questões actuais como é o caso do conflito que opõe o animal do homem, com destaque para o elefante, na localidade de Nhacapiriri, em particular e outros locais deste país

Por outro lado, Matakala (1998) abordando a capacidade das comunidades nos programas de maneio dos recursos naturais afirma que o maneio florestal comunitário é o controle, uso e maneio de recursos pelas comunidades locais para o seu próprio benefício e sustentabilidade em longo prazo. Todavia, este autor na sua introdução, demonstra uma certa desconfiança na acção do governo, pois a dada altura afirma que na escala de participação do cidadão, há níveis de manipulação.

Meque (2001), apesar de se ocupar de assuntos específicos na sua abordagem sobre o desenvolvimento do projecto Tchuma Tchato no Distrito de Mágoe, discute os problemas que a fauna bravia provoca nas comunidades abrangidas pelo projecto. Todavia, o referido

²⁶ Community Based Natural Resources Management.

²⁷ Chonguiça: 1998.

²⁸ Maneio Comunitario de Recursos Naturais.

autor não faz menção à problemática do conflito homem-animal, assunto que preocupa as comunidades do Distrito de Cahora Bassa.

Numa outra análise sobre o recrutamento da mão-de-obra na construção da Barragem de Cahora Bassa (1969-1975), Lopes²⁹, constrói um argumento no qual, omite elementos sobre o estado da zona em estudo. Do ponto de vista de povoamento animal, elemento susceptível de perturbar o curso dos trabalhos da barragem em construção, nomeadamente o ataque de animais bravios aos operários instalados na periferia do projecto. Trata-se, pois de uma lacuna que o presente trabalho visa preencher.

As principais políticas sobre recursos faunísticos, as reservas florestais, a situação do seu abandono durante a guerra de desestabilização estão patentes na *Política e Estratégia de Desenvolvimento-Floresta e Fauna Bravia*.³⁰ Estes factores contribuíram em distinguir uma reserva de uma coutada e a delimitação de espaços para animais não foi acompanhada e deu origem ao conflito que se assiste até hoje em Nhacapirir, onde o homem ainda disputa o seu espaço com a fauna bravia, com realce para o elefante, principal factor de instabilidade.

No seu primeiro capítulo, Namanha (1999) afirma que após a guerra civil e a emergência do sistema multipartidário é que se iniciou a reconstrução do país, principalmente nas sociedades rurais onde foi promovido um desenvolvimento económico sustentável dos

²⁹ Dissertação para obtenção do grau de Licenciatura em História. UEM-2001

³⁰ Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia. Maputo. 1996.

recursos naturais. Com a constituição da CBNRM³¹, tornou-se um valioso instrumento estratégico na parceria entre o governo e as comunidades.

Na sua análise apresenta algumas conclusões no que toca a insucessos e a falta de preparação adequada das estruturas locais na promoção do Maneio Comunitário de Recursos Naturais-MCRN, principalmente no que toca à organização dos recursos e na capacidade, incluindo a inexistência de um plano estratégico³².

Analisado o argumento, os pressupostos que invoca na questão do Maneio Comunitário dos Recursos Naturais já não encontram sustentabilidade, graças à conjuntura actual, ditada pela introdução de novos procedimentos e a contínua reformulação do MCRN para melhor responder às várias questões actuais, como é o caso do conflito homem-animal, com realce para o elefante, na localidade de Nhacapiriri.

Ele sustenta que não há nenhuma participação popular, pois os cidadãos são deliberadamente "incutidos" pelas autoridades a acreditar que a sua opinião é válida, ou foi tomada em conta. Num outro nível, os cidadãos são vistos como problema cuja solução é encontrada por "terapias" que não resolvem o problema em si.

Depreende-se, assim, que ele não vê o papel do governo como determinante na tomada de decisões sem o envolvimento das populações. Não obstante este posicionamento, Matakala

³¹ Community Based Natural Resources Management.

³² Namanha.(1999)

apresenta na sua obra as principais linhas de orientação para o trabalho de campo, sobretudo em manejo florestal comunitário,³³ e a análise de conflitos sócio-ambientais.

A problemática do conflito homem-animal ultrapassa a fronteira e, olhando o que é representado nos outros países africanos, podemos exemplificar o fenómeno que ocorre no Ghana e o norte do Togo que vistos numa outra perspectiva³⁴ descrevem um cenário similar ao de Moçambique, onde existe um conflito com o homem devido à contínua degradação dos solos e a partilha dos mesmos e não se apresenta pacífica. Todavia, aqui o fenómeno é discutido por Sam³⁵ de forma diferente, pois ele sustenta que o fenómeno é equiparável ao de Moçambique, se considerarmos que apesar da presença animal, e do perigo que este representa, os homens continuam a primar pela coexistência.

O Relatório de Mushou Patrick apresenta uma explicação mais detalhada sobre o manejo florestal no âmbito de arranjos institucionais, com recomendações importantes sobre como gerir, controlar seus parques e as comunidades são vistas como ameaça aos recursos. Demonstra que esta prática do estado revelou-se ineficaz devido à fraca capacidade de monitorar ou fiscalizar os regulamentos. Constatou-se finalmente que este fenómeno ocorre também em Moçambique, sobretudo na zona em estudo.

³³ Nota Técnica n. 1 (1998)

³⁴ Wild, Wild World of animal elephant and other land giants. African and Asiatic elephant, hippopotamuses, girafes, rhinoceroses. Big birds giant reptiles. 1977.

³⁵ Comparando o fenómeno, as condições agro-ecológicas do Gana são diferentes com Moçambique

O relatório dá destaque para o potencial faunístico de Tete nos aspectos gerais e apresenta números sobre o povoamento animal. Esta obra apresenta a experiência de outros países para fazerem face a esta adversidade naturais, sobretudo ao nível da nossa região.³⁶

Como se pode depreender, toda a abordagem e o posicionamento de vários investigadores referidos não fazem menção ao grande problema que aflige as populações de Nhacapiriri, em particular, em no Distrito de Cahora Bassa, em geral, que é o ataque dos animais bravios, com destaque para o elefante, as suas machambas. E na esteira deste vazio de análise que o presente trabalho vai tratar na problemática do conflito homem-animal.

³⁶ Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Tete. 2003.

2. CAPÍTULO - CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO.

2.1 LOCALIZAÇÃO.

A Localidade de Nhacapiriri fica situada no Distrito de Cahora Bassa a sul deste mesmo Distrito, a 25 Km da sede do posto Administrativo de Chitima, na Província de Tete (vide Mapa 1, anexo 1). Possui uma população de 6000 habitantes, segundo o censo de 1997, o Distrito é composto por três postos administrativos, Songo, Chitima e Chintholo³⁷ e pratica culturas alimentares como mapira, o milho, a mexoeira, o amendoim e feijão. Como culturas de rendimento produz o algodão, suplementado pela pesca do pende, o mais abundante na zona.

A localidade partilha a componente faunística adstrita ao projecto eco-turístico Tchuma Tchato, não obstante à falta de fronteira visível. A linha imaginária que coloca o projecto por um lado e deixa a localidade do outro, faz com que os animais bravios, principalmente o elefante invadam as machambas e destruam tudo o que encontra, deixando as populações sem nada para colher.

O distrito conheceu défices alimentares acentuados devido à incursão dos elefantes na campanha agrícola 2004/2005. Por exemplo, as populações afirmam se vulneráveis à fome visto que toda a produção foi “arrancada” pelos elefantes. Toda a localidade dependente de oferta de comida pelo WFP³⁸ no âmbito do *programa comida pelo trabalho*. Este programa, é considerado nocivo pelas populações, visto que ocupa-as durante muito tempo em

³⁷ Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Cahora Bassa. Província de Tete. ACNUR-PNUD. 1996.

³⁸ World Food Programme (Programa Mundial para a Alimentação).

detrimento das suas machambas, que ficam sem serem trabalhadas. Como consequência, quando reclamam pela fome que as atingem quando o programa do WFP tem algum interregno, são acusados de serem ociosos.

2.2. ORIGENS DO CONFLITO-CAUSAS.

Há anos que a Província de Tete e em especial o Distrito de Cahora Bassa é referência importante no que concerne à existência de animais bravios. Em 2001, este distrito já foi assolado por cheias a partir da Barragem de Cahora Bassa e este factor associou-se à praga dos elefantes que afectou de forma significativa as provisões alimentares na respectiva campanha agrícola.

Esta população faz normalmente uso dos alimentos obtidos da natureza. Por conseguinte, ela considera que o Governo devia estudar a melhor forma de reassentar as pessoas que vivem nos corredores dos animais, colocando a respectiva vedação, sobretudo nas áreas circunscritas ao projecto Tchuma Tchato. É a partir do projecto que muitos animais em especial os elefantes invadem as machambas, destruindo tudo e deixando a população sem provisões alimentares.

As causas principais deste conflito estão associadas a diversos factores. A guerra dos 16 anos destaca-se como factor de maior peso, pois ela contribuiu para a dispersão da população, o que deu azo à situação de fome que se vive em Nhacapiriri nos dias que correm. Encontramos pessoas que praticam agricultura a vinte e cinco quilómetros da localidade. Este

comportamento é justificado afirmando-se que antes da guerra, já lá habitavam e os seus ancestrais jazem nesses locais. O argumento reforça a pretensão segundo a qual a população, prefere não abandonar as zonas. É nestas mesmas zonas de cultivo que os elefantes fazem destruições são tolerados pelo Governo, que discorda com o abate.

Como é que aparece o elefante como principal factor de instabilidade nesta zona e responsável pela destruição das culturas agrícolas? É verdade que outros animais como hipopótamos, porco bravo também são potencialmente destruidores, todavia, o impacto das suas destruições é acentuadamente maior se comparado ao do elefante. Namanha,³⁹ argumentando sobre as causas do conflito homem-animal, afirmou de forma categórica que, olhando para a história dos animais bravios, não encontra motivo deste conflito com os homens. No seu entender, os animais sempre viveram perto do homem. Para ele, a ideia da conservação da fauna, não incorporou o reassentamento das pessoas que se encontram à volta da reserva, hoje tornada Projecto. Recordando o passado, ele afirma concordar com as políticas do pós-independência sobre as aldeias comunais, visto que elas preconizavam o distanciamento entre o animal selvagem e a população.

2.3. A GUERRA COMO FACTOR DE DISPERSÃO POPULACIONAL

Não se pode falar de segurança alimentar nesta localidade enquanto houver problemas de fome, que, de forma cíclica atinge Nhacapiriri, adicionados ao facto das poucas machambas serem atacadas pelos elefantes. A necessidade de retorno às zonas de origem e o consequente reassentamento após o conflito armado não foi considerado. Apenas ficou a vontade de fazer

³⁹ Entrevista concedida em 15 de Abril de 2005

culturas nessas zonas donde as populações eram provenientes e, dado o elevado número do efectivo animal, nomeadamente o elefante, o porco bravo, o macaco e outros. Assim comunidades nativas, longe de conhecer uma paz que sempre almejaram, depararam com um problema: os elefantes.

Todavia, estes elefantes, protegidos, pela CITES⁴⁰, nem o projecto Tchuma Tchato conseguiu gerir os seus movimentos. Na sua periferia se registam grandes conflitos que opõe o homem e o animal devido aos estragos que estes fazem nas suas machambas. O projecto, ao invés de delimitar e vedar o espaço onde iria funcionar, gerindo, por conseguinte todos os animais a ele adstritos, nada fez, permitindo como tal a movimentação dos animais sem um mínimo de controlo.

Como forma de afugentar os elefantes e minimizar os danos, a população empreendeu varias acções conforme descrito no capítulo anterior Estes métodos mostraram se ineficazes pois, nos últimos tempos, o elefante já não teme nem ruído dos batuques, não se assusta com o fogo e consegue se esquivar da corda com piri piri para penetrar na machamba. Em suma, este paquiderme não teme mais nada pois está habituado a conviver com as pessoas e conhece os seus processos de afasta-lo.

Informações da direcção Distrital de Agricultura permitem confirmar que esta localidade é por excelência fértil, salvo o presente momento que se está perante uma estiagem. Mesmo com esta situação, pode se ver por todo o lado vastas extensões com sinais de colheita recente. Não se sabe se o elefante é que teve mais vantagens em relação ao camponês.

⁴⁰ Convention on International Trade in Endangered Species os Wild Fauna and Flora.

Celeiros provisórios podem ser vistos nalgumas machambas, contudo, estes estão sempre expostos a ataque dos elefantes enquanto se aguarda pela chegada da carroça para o transporte da colheita, que muitas vezes é paga com uma parte deste milho (vide foto 2, anexo 2). Em caso de demora, a probabilidade de perder tudo é quase total apesar do camponês permanecer no campo a proteger o celeiro (vide foto 1, anexo 2).

2.4. A PROBLEMÁTICA DO REASSENTAMENTO.

Namanha⁴¹ afirma que as políticas do governo na altura da implantação do Projecto TT, apenas olharam a conservação como elemento de peso, relegando para o segundo plano a questão do reassentamento das populações residentes na reserva.

Um dos régulos chegou a propor a hipótese dos gestores do projecto TT⁴² colocarem uma vedação para impedir a penetração dos elefantes nas aldeias. O régulo argumenta que a sua recusa em abandonar a aldeia fundamenta-se no facto de nela viver há longos anos e que o Estado devia encontrar uma saída para procurar espaço para os animais ou para vedar a aldeia e a relutância se consubstancia nas seguintes palavras: *“Nós vamos ficar aqui. A promessa que fizeram era de que iam montar uma vedação, agora dizem que temos que sair. Não pode ser. Nós não vamos sair”*⁴³.

⁴¹ Director Provincial do Turismo. Entrevista conduzida em Tete aos 15 de Abril de 2005

⁴² Tchuma Tchato. Projecto agora gerido pelo Ministério do Turismo.

⁴³ Entrevista com Mussurane Sado, na localidade de Nhacapiriri no dia 7 de Abril de 2005.

Namanha volta a argumentar que, antes de se consolidar o projecto TT⁴⁴, o Governo devia ter pensado na política de reassentamento destas populações. O que na prática se verifica é a incapacidade para reassentar tantas famílias que sofrem deste problema. Por outro lado, segundo a Administração do Parque Nacional do Limpopo, que também tem os mesmos problemas, conflito e reassentamento, estimou que, para se reassentar 1000 famílias seriam necessários cerca de nove milhões e 500 mil euros.⁴⁵

Outra justificação das populações para se manterem nas zonas de reserva, é o problema dos rituais. Afirmam que,..."*Como é que vou invocar os meus espíritos na terra que não é nossa?. Como é que vou manter o meu regulado na terra dos outros?*"

O potencial faunístico de que Moçambique é rico fez com que, mesmo com a contínua existência de caçadores furtivos, ficasse muito conhecido e beneficiasse de protecção ao nível regional e internacional. Este potencial teve várias formas de utilização, actividades que eram regulamentadas pelos diferentes organismos de tutela, como os Serviços Provinciais de Veterinária,⁴⁶ cujo objectivo era assegurar uma correcta utilização e protecção.

Apesar destas medidas, ao longo do tempo assistiu-se que algumas espécies de animais, nomeadamente o elefante e o rinoceronte, estavam sujeitas a uma exploração desenfreada, pondo em perigo a sua existência.

⁴⁴ Tchuma Tchato

⁴⁵ Semanário Domingo de 22 de Maio de 2005.

⁴⁶ Designação do tempo colonial e que foi substituída pela actual Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

Para melhor compreensão deste fenómeno, podemos considerar uma série de factores que em certa medida ditaram este conflito. Tal como ficou referido, a localidade em estudo que é Nhacapiriri tem limites imaginários com o projecto Tchuma Tchato e o mesmo possui uma vedação insignificante⁴⁷ e só este factor não oferece segurança no que concerne ao limite de circulação animal. Por outro lado, a protecção de que goza o elefante através da CITE⁴⁸ de que Moçambique é membro, faz com que o abate não se efective no momento em que as autoridades queiram fazê-lo.

Por outro lado, outro organismo da CITES a MIKE⁴⁹, que se ocupa de monitorar a comercialização dos troféus ao nível internacional, não permite que estes sejam comercializados sem prévia autorização. Namibia e Botswana são os únicos países que tem um controlo fiscal aceitável dos seus elefantes. Por exemplo, o Botswana é possuidor de maior efectivo de elefantes. Contrariamente, Moçambique tem a desvantagem de não poder conhecer com exactidão o número dos elefantes existentes.⁵⁰

Posições divergentes surgem quando as populações reclamam o abate de um elefante em cada localidade onde haja relatos de destruições. Segundo elas, uma vez abatidos, fica se muito tempo sem que outros se atrevam a atacar o mesmo espaço durante muito tempo. Por outro lado, a posição do governo é contrária ao abate devido aos convénios celebrados com outros países. Analisando os vários posicionamentos das nossas fontes, conclui se que todos

⁴⁷ Vedação já desmantelada pelos próprios elefantes na sua incursão.

⁴⁸ Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora.

⁴⁹ A MIKE-Monitoring Illegal Killing Elephant, foi instituída pela CITES para assegurar que as pontas não sejam vendidas em qualquer parte do mundo.

⁵⁰ Afirmção do Chefe Provincial de Florestas e Fauna Bravia de Tete (Dr. Firmino).

são unânimes na solução do problema, que passa pelo abate, de forma a desencorajá-los a aproximar às machambas durante algum tempo.

Uma outra posição sobre o problema defende que deviam se abater apenas os chamados elefantes problemáticos⁵¹. Entende-se por problemáticos aqueles elefantes que, ignorando todos os métodos de afugentamento já referidos, continuam a marchar em direcção aos seus alvos preferenciais, as machambas e as pessoas.

Nota-se por outro lado, no meio da população uma certa desconfiança em relação aos fiscais do governo por protelar todas as medidas tendentes a evitar assaltos eminentes e prevenir futuras destruições. A única arma de que dispõe para o afugentamento é uma (MAUZER)⁵² que se destina a ameaçar os elefantes com disparos para o ar. Essa arma é constantemente solicitada por todas as aldeias em simultâneo, o que se afigura impossível atender a este tipo de solicitações.

No círculo de Kabweve, Gomes Ribeiro de 46 anos insurgiu-se nos seguintes termos: "os elefantes deviam ser reduzidos através do abate porque, ao abater um, outros vão temer aproximar durante seis meses ou mesmo um ano. Nós sempre pedimos ao governo para matar um elefante para os outros não se aproximarem durante muito tempo, mas eles recusam alegando que necessitam de autorização".

⁵¹ É Enuel Wilson que defende esta posição, acrescentando que estão votados à fome devido à presença de elefantes nas suas machambas.

⁵² É um tipo de arma de fogo

Outra fonte que pediu anonimato defendeu, numa posição mais radical apontando o dedo acusador ao governo por nada fazer para reduzir o sofrimento infligido pelos elefantes nas suas machambas. Asseverou que se não fossem estes elefantes, a sua situação em termos de reserva alimentar havia de melhorar e acrescenta que. *“O governo não dá importância ao trabalho que a população realiza para vencer a fome e acusa nos de sermos preguiçosos quando dizemos que Tikuva ndjala”*⁵³.

Face aos problemas prevalentes, a população vê-se na contingência de proceder, em cada campanha agrícola, a colheita prematura, de modo a evitar que o elefante tome a iniciativa. Outro dado relevante é a reprodução desenfreada destes paquidermes, agravado pela proibição de abate.

O apoio de que beneficia do WFP⁵⁴ através do programa comida pelo trabalho, segundo eles, só lhes atrasa a vida, pois ficam mais tempo a trabalhar nos programas para receber comida quando podiam trabalhar nas suas machambas, apesar de saberem que quando chega a época da colheita, parte considerável é consumida pelo elefante e a parte que resta para o camponês é sempre insignificante.

Dados disponíveis⁵⁵ apontam que 26 famílias foram atingidas por elefantes no período de Janeiro e Fevereiro. Solicitado o apoio para se disponibilizar munições, os serviços de Fauna Bravia não foram capazes de atender pontualmente a solicitação, o que encorajou a marcha

⁵³ Traduzido do nhungue para português significa: estamos com fome.

⁵⁴ World Food Programme.

⁵⁵ Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Tete.2002.

dos animais em direcção às machambas. O quadro 1 ilustra o nível das destruições destes paquidermes nos cinco povoados de Nhacapiriri.

Quadro 1- Povoados atacados por elefantes

2005

Aldeia	Mês	Famílias
Kangudzi	Janeiro	2
Kangudzi	Fevereiro	14
Kabvewe	Janeiro	20
Kabvewe	Fevereiro	7
TOTAL		43

Fonte: Posto administrativo de Chitima, Tete, 2005.

Outro factor de peso neste conflito é a existência de apenas um fiscal de fauna bravia para cinco povoados. Nhacapiriri é também servido por um único fiscal e uma única arma de fogo. Esta arma é constantemente solicitada pelos cinco povoados para o afugentamento apenas. Casos houve em que a mesma arma é solicitada em simultâneo pelas mesmas aldeias, e o fiscal fica sem saber a quem vai atender.

3. CAPÍTULO. IMPACTO DO CONFLITO HOMEM-ANIMAL NA DINÂMICA SÓCIO-ECONÓMICA DE NHACAPIRIRI.

3.1. OS EFEITOS SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR.

Numa acção concertada com o governo, as ONGs que se notabilizaram no apoio alimentar em Nhacapiriri são a Visão Mundial e uma instituição das Nações Unidas, o WFP⁵⁶. A primeira já suspendeu o seu programas há um ano e ajudava as populações no fornecimento de sementes de milho e hortícolas, para as zonas baixas.

O WFP é a única instituição das Nações Unidas que neste momento continua activa nos seus programas de preenchimento dos défices alimentares que se verificam em Nhacapiriri devido ao ataque dos elefantes. As medidas de apoio alimentar são fornecidas mediante trabalho previamente já traçado e denomina se comida pelo trabalho. As populações já tomaram uma posição de contestação devido ao esforço que é despendido nestes programas em detrimento de lavoura nas suas machambas, apesar de saberem que o elefante ira destruir.

3.2. DIVERGÊNCIAS POPULAÇÃO-AUTORIDADES.

Numa situação em que a população vê o seu pedido de redução dos elefantes rejeitado pelas autoridades, esta procura sempre conhecer a entidade do governo que decide sobre os abates. Numa responsabilidade em cadeia, o Posto Administrativo aponta o governo Distrital. Este por sua vez aponta o dedo aos Serviços Distritais de Agricultura, Florestas e Fauna Bravia e

⁵⁶ World Food Programme.

esta por sua vez aponta os Serviços Provinciais⁵⁷. Na Província a informação que se tem é de que é a Sede em Maputo, portanto a DNFFB que fixa as quotas de abates e intrui o nível mais baixo para implementar a medida, de acordo com os ditames da CITES⁵⁸

Face aos conflitos que estas populações tem com os animais em cada colheita, e ante a passividade das autoridades que mais protegem animais que homens, as populações chegam a considerar os elefantes como *N'kombe za Boma*.⁵⁹

Outro factor de realce neste conflito reside no facto da própria CITES, no decurso dos seus trabalhos, ter sido pressionada a moderar as suas políticas de conservação, devido a crescente multiplicação da população animal na região Austral de África, nomeadamente a Moçambique, Namibia, Botswana, Zimbabwe, Tanzania e Zambia.

É importante notar que nos últimos tempos, o Botswana regista um número elevado destes paquidermes e já se predispôs a oferecer a Moçambique alguns elefantes. Mercê da pressão exercida pelos países membros, a CITES fez concessões que culminaram com a autorização de quotas de abates. É assim que, no caso de Moçambique, foi autorizado o abate de 40 elefantes, representando 80 pontas (vide tabela 1, anexo 3). É verdade que para a CITES as pontas não significam valor monetário, pois para ela, "*trade*" não significa dinheiro, mas sim trânsito de um país para outro, isto quer dizer que está vedada à venda destes troféus.

⁵⁷ Bila, Anselmo.

⁵⁸ Rodrigues, Anabela

⁵⁹ N'kombe za Boma significa, em nhungue, bois do Governo. Chamam bois do governo devido à protecção de que os elefantes são objecto, em detrimento das populações. Esta afirmação é de muitos entrevistados, incluindo o próprio chefe da aldeia.

A CITES- Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, é um organismo internacional cuja atribuição é determinar o grau de ameaça da espécie e define níveis de protecção em função dessa ameaça.⁶⁰

Estes níveis apresentam-se divididos em três apêndices:

Apêndice I.-Esta categoria engloba todos os animais em perigo de extinção e o seu abate é proibido, é o caso do elefante, cujos troféus não podem ser comercializados.

Apêndice II.-Este agrupa animais ainda existentes em média escala e o seu abate só pode ocorrer mediante autorização da CITES.

Apêndice III. - Diz respeito aos animais cuja existência não cria alarmes e o seu abate é livre. Por outro lado, a CITES⁶¹ possui duas vertentes importantes que são a conservação e a comercialização. Na conservação, a própria CITES é que se ocupa de controlar o abate dos elefantes. A MIKE,⁶² criada pela CITES, tem como objectivo monitorar o abate destes animais.⁶³

No diálogo com as nossas fontes nesta localidade que foram vítimas das destruições de elefantes, foram unânimes na sua posição contra a aparente apatia das autoridades. Américo Macaza, de 44 anos de idade sustenta que o problema dos elefantes passa pela acção do governo distrital, numa primeira fase, e *questiona: o elefante é mais importante do que o ser humano, já que ele tem um leque de benefícios que até proibem o seu abate em caso de destruição das machambas* (vide foto 4, anexo 2).

⁶⁰ Wijnstekers, W. The Evolution of CITES

⁶¹ Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora.

⁶² Monitoring Illegal Killing Elephant.

⁶³ Pariela, F.A: A Contribution of the Evaluation of CITES

Por outro lado, a posição ambígua das autoridades sustenta que a insuficiência alimentar em Nhacapiriri não pode ser erradicada com o abate sistemático dos elefantes, pois existem também factores naturais que intervêm na escassez destes alimentos como é o caso da seca que este ano se verifica neste distrito. As autoridades locais afirmam igualmente que o elefante é um animal turístico, coberto pelas leis internacionais de protecção a estas espécies, a sua defesa tem como pressupostos, a captação de receita para o estado através da promoção turística.

Outro elemento de suporte para as autoridades é o próprio valor do elefante, que para um safarista estrangeiro que pretenda abater um elefante, paga nos respectivos serviços um montante de 5000 USD, enquanto o safarista nacional paga o montante de 120.000.000,00MT, como taxa de abate, e este valor não é reembolsável, e funciona como garantia bancaria, incluindo uma licença a 289.800.00MT e estes montantes são regulados pelo Decreto nr. 12/2002 de 6 de Junho e materializa a Lei nr. 10/99 de 7 de Julho.

3.3. ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA FACE AO CONFLITO

Como medida tendente a reduzir este impacto negativo, as autoridades questionam a seriedade das populações destas localidades no que respeita a localização das suas culturas na zona onde também se encontra o Projecto. Este Projecto possui uma linha imaginária que dificulta o conhecimento da extensão da mesma. Outro elemento de valor para o governo, é a relutância das populações que continuam a fazer machambas em locais muito distantes⁶⁴ da localidade, o que é considerado uma provocação aberta aos animais e, na linha deste

⁶⁴ A machamba (situada em Chinhanda velha) dista 24 Km da localidade de Nhacapiriri

argumento, a população é acusada de fazer queimadas descontroladas em áreas de pasto para os elefantes e estes, vendo espaços queimados, marcham para as machambas para se alimentarem.

O elemento de relevância nesta abordagem sobre o impacto da fauna bravia, com destaque para o elefante como potencial destruidor. Estes paquidermes nas suas incursões aparecem em número de dois, três e até seis e quando isto acontece, o camponês fica desprovido de toda a colheita incluindo a reserva alimentar. É neste balanço negativo que as pessoas resolvem se transferir para as machambas para vigiarem pessoalmente as suas culturas, visto que os meios de afastamento já não assustam um único elefante.

Outro constrangimento que a população encontra é no transporte do que sobra na machamba, pois muitos deles não possuem carroças para o transporte. Estes meios de transportes têm de ser disponibilizadas por outros, o que coloca estes excedentes expostos aos elefantes. Além disso, as populações correm perigo de vida pela sua permanência na machamba a guardar elefantes. Todavia, as nossas fontes, incluindo as autoridades locais foram unânimes em afirmar que o conflito é uma realidade em Nhacapiriri e a solução é esperada das autoridades.

CONCLUSÃO

Analisado o conflito nas suas várias vertentes, chega-se à conclusão de que as políticas do governo sobre conservação ainda carecem de algumas reformulações, se considerarmos que nas condições actuais se apresenta difícil avançar em direcção à conservação, quando elementos importantes no processo são remetidos para o segundo plano, por ausência de dispositivos legais ou outros de índole organizativa, ou ainda a falta de definição de competências dos organismos que foram chamados a gerir estes recursos.

Como é que surge o conflito e se agudiza ao extremo da população exigir o abate sem contemplações destes sujeitos da conservação? Como é que as populações ainda hoje ocupam os espaços reservados à conservação, considerados corredores de elefantes? Só há uma resposta: A ausência da política de reassentamento quando se pensa na conservação de animais protegidos.

Na opinião de Namanha⁶⁵, a existência de vários organismos que se ocupam dos animais no mesmo país, com políticas diferentes, dificulta a gestão e abre espaço para os problemas que hoje temos. Estes aspectos vão finalmente cair no impacto que estes elefantes provocam: O défice alimentar constante, isto é, em quase todas as épocas, pois a destruição das culturas é um facto em Nhacapiriri e esta localidade conhece os mais drásticos períodos de fome provocada por esta combinação de factores, a seca e os elefantes.

⁶⁵ Entrevista conduzida no dia 15/04/2005 na Direcção Provincial de Turismo de Tete.

Podemo-nos recordar das célebres aldeias comunais que, em nossa opinião, seriam os pilares da conservação, onde o governo e as populações teriam um relacionamento salutar.⁶⁶

A África do Sul, Zimbabwe, Botswana e Namíbia, são países cujas populações reclamaram contra o aumento das suas perdas na agricultura e o aumento dos conflitos entre os elefantes e os moradores locais. Esta situação levou a que estes países solicitasse uma autorização à CITES no sentido de passarrem a comercializar individualmente as quantidades fixas de marfim. Historicamente, o comércio legal do marfim era praticado apenas no Japão.

⁶⁶ Segundo Ebenizário Chonguiça, a protecção de espécies da fauna e flora pode fornecer no futuro um banco de características potencialmente úteis. Além disso, as manadas de animais selvagens podem formar uma valiosa fonte de proteínas para a população.

BIBLIOGRAFIA

BILA, Anselmo. *Necessidade de investigação em floresta e fauna bravia*: Relatório de Consultoria do Projecto GCP/MOZ/056/NET-1998. Maputo: MADER, 1998.

BLANC, J. J. et al. *African Elephant Status Report 2002. An Update From the African elephant*. London: The IUCN, Species Survival Commission, 2003.

CHONGUIÇA, Ebenizário. *Situação actual do Meio Ambiente. Grupo de Trabalho Ambiental*. Maputo. 1990.

LOPES, Paulo. *O recrutamento de Mao-de-Obra e a Construção da Barragem de Cahora Bassa, 1969-1975*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, 2001. (Trabalho de Licenciatura em História).

MATAKALA, Patrick. *Guião para trabalhadores de Campo e investigação em manejo florestal comunitário*. Maputo: MADER, 1999.

_____. *Guião para Avaliação da Capacidade das Comunidades nos Programas de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. Maputo: MADER, 1999.

MEQUE, Manuel Luís. *O papel das ONG's no desenvolvimento Comunitário da Província de Tete, 1994 à actualidade: Estudo de caso: Impacto sócio-cultural do Tchuma Tchato no Distrito de Mágoe*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, 2002. (Trabalho de Licenciatura em História).

NAMANHA, L dos Santos. Possibilidades de implementação de manejo Comunitário de recursos naturais e intervenção do Estado. In: *Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais, 2, 2001, Maputo*. Anais ... Maputo: MITUR, 2001.

PILILÃO, Fernando. *Moçambique: Evolução da Toponímia e de divisão territorial, 1974-1987*. Maputo: MADER, 1989.

POLÍTICA e estratégia de desenvolvimento florestal e fauna bravia. Maputo: DNFFB, 1999.

RODRIGUES, Anabela. Sustentabilidade e conflitos dos modelos de gestão envolvendo as Comunidades, o sector privado e os governos locais. In: *Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais, 2, 2001, Maputo*. Anais ... Maputo: MITUR, 2001.

Special issue of JSAS "African Environments: *Past and Present*" Vol. 26 No. 4. Dec. 2000.

WIJNSTEKERS, W. *The Evolution of CITES*. A Reference to the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora. 4th Edition. Geneva. 1995.

Wild, *Wild World of animal elephant and other land giants*. African and Asiatic elephant, hippopotamuses, giraffes, rhinoceroses. Big birds giant reptiles. 1977.

WWW.feedingminds.org.(01/11/2004).

FONTES ORAIS (Entrevistas)

Américo Macaza (44 anos) - Residente em Nhacapiiri. Data da Entrevista: 05/04/2005.

Dr. Firmino - Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Tete. Data da Entrevista: 14/4/2005.

Dr. Luís dos Santos Namanha - Director Provincial de Turismo de Tete. Data da Entrevista: 15/4/2005.

Enuel Wilson (33 anos) - Nhacapiriri. Data da Entrevista: 05/04/2005.

Hitesh Kanakrai - Representante do PMA em Tete. Data da Entrevista: 14/04/2005.

Joaquim Alfredo Conda (68 anos) - Chefe da Localidade de Nhacapiriri. Data da Entrevista: 04/04/2005.

Mussurane Sado (38 anos) - Residente em Chinhanda Velha. Data da Entrevista: 05/04/2005.

Quisito Marcos Chapo (36 anos) - Serviços Distritais de Florestas e Fauna Bravia. Data da Entrevista: 04/04/2005.

Valente - Direcção Provincial de Turismo de Tete. Data da Entrevista: 14/04/2005.

Zostino Flante (39 anos) - Chinhanda Velha. Data da Entrevista: 06/04/2005.

DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS

CHRIS & STUART, Tilde. *Field Guide Mammals of South Africa*. Cape Town. 1993.

DIAS, Sul. *Glossário toponímico histórico administrativo geográfico e etnográfico*. Lisboa, 1981.

DIRECÇÃO Nacional de Florestas e Fauna Bravia. *Política e Estratégia de Desenvolvimento. Floresta e Fauna Bravia*. Maputo: DNFFB, 1996.

DIRECÇÃO Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Tete. *Relatório de Actividade referentes aos anos de 2002/2004*. Tete: SPFFB, 2002.

DORST, Jean & DANDELOT, Pierre. *A Field Guide to the Larger Mammals of África*. London: Collins, 1976.

FILIMÃO & ESTEVÃO & MASSANGO, Henrique. *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais*: Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. Maputo, 2001.

KHAN, Farie de. Rewriting South African Conservation History. "JSAS", v.20, n.4, p.499-509, 1994.

MADER. *Lei de Florestas e Fauna Bravia*. Maputo. MADER. Setembro 1999.

MATAKALA, Patrick. *Guião para a avaliação da capacidade das comunidades nos programas de maneio comunitário dos recursos naturais*: Nota técnica nº 3. Maputo: MADER, 1999.

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS. Direcção do Plano e Orçamento. *Glossário de Termos sobre pobreza absoluta e segurança alimentar*. Maputo: DPO, 1999.

PARIELA, F. A. *Contribution of the Evaluation of CITES: Implementation in Mozambique*. Maputo, 2003

JORNAIS E REVISTAS

RUNGO, Jorge. Parque Nacional do Limpopo: animais ferozes põem aldeões em pânico. *Jornal Domingo*. Maputo, 22 maio 2005. Caderno Reportagem, p.16-17.

_____. Treze mil animais bravios prontos para abate. *Jornal Domingo*. Maputo, 23 janeiro 2005. Caderno Economia, p.12-13.

SEMINÁRIO Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição. (1998)

Relatório da Inspeção Ordinária a Circunscrição de Cahora Bassa. *Fundo ISANI*. Caixa 61. 1961.

1 Machamba destruída por Elefantes

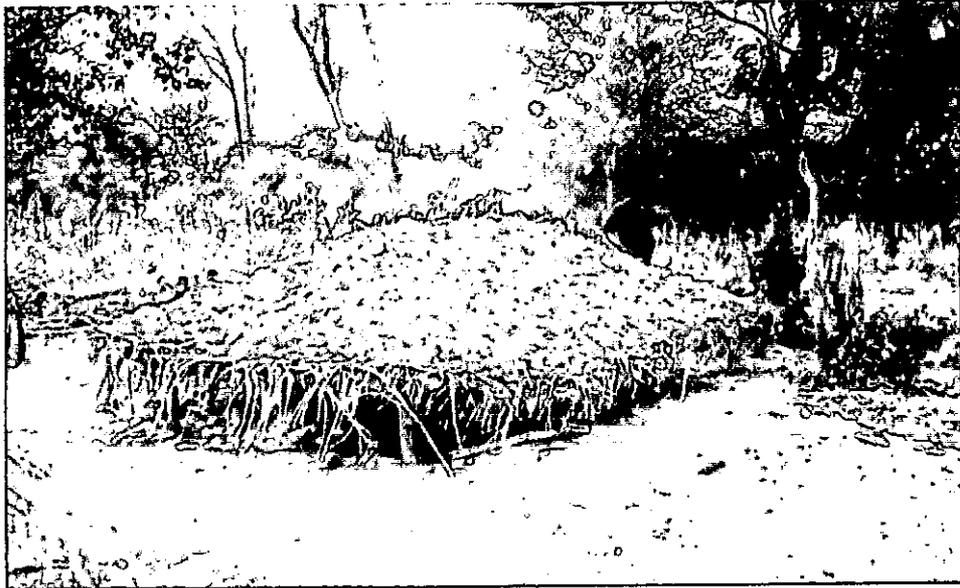


2 Outra machamba destruída por Elefantes



2

CELEIRO



3

RESIDÊNCIA DURANTE A COLHEITA



TABELA 1

Quotas de abate nas Coutadas Oficiais e Programas comunitários-2005

Coutadas	Tchum, Tchato															Distrito do Magoe										Zona Tampão da Reserva de Niassa										Total
	5	6	9	10	11	12	13	14	15	Daque	Bawa	Mulambe	Muze	Chawalo	Thuyi	Nhend	A	B	C	D1	D2	E	C. Commun.	Chip, Chato												
Abelarda	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0											
Búfalo	4	0	4	20	22	18	5	20	0	3	35	8	3	2	5	2	7	13	10	4	7	7	0	0												
Cabrito(a)	8	12	30	30	40	30	10	30	6	8	6	10	10	10	8	2	15	13	10	4	10	7	5	6												
Chango	6	4	6	15	15	12	5	15	6	4	4	6	3	2	0	2	0	0	5	4	7	15	30													
Cocone	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	10													
Crocodilo	15	10	0	15	4	15	2	15	15	10	20	6	10	10	10	12	3	5	5	1	1	1	0													
Cudo	4	6	12	0	2	2	5	0	0	8	10	8	5	6	8	10	10	10	9	2	4	3	0													
Elande	0	0	6	2	2	2	2	0	0	0	2	0	0	1	0	0	3	3	10	3	2	2	4													
Elefante	0	0	2	2	2	2	2	0	0	4	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	2													
Faccero	10	15	15	25	20	25	10	15	12	8	8	15	6	6	5	8	12	12	18	10	12	20	0													
Francolino	10	30	30	25	30	25	10	25	30	0	10	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0													
G.do maio	10	25	30	25	30	25	10	25	30	22	20	6	15	15	20	20	10	10	10	6	15	10	0													
Gondonga	0	0	6	6	10	8	2	4	0	0	10	6	0	0	0	0	2	2	2	4	5	9	0													
Hipopotamo	2	0	0	3	2	2	0	2	2	10	10	6	8	6	8	1	3	5	3	3	4	3	3													
Hiena malhada	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0													
Imbabala	6	6	6	15	20	15	5	15	6	8	3	6	6	4	0	3	4	6	6	4	5	6	0													
Impala	10	2	8	0	1	4	8	2	4	12	0	10	6	6	15	6	8	6	14	3	5	4	0													
Inhacoso	3	4	0	8	5	3	0	8	0	2	4	6	2	2	0	2	2	6	8	6	6	10	4													
Inhala	4	6	1	6	10	10	0	6	5	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0													
Leão	2	0	1	2	1	1	0	1	1	3	2	3	2	1	1	2	2	3	4	2	2	3	0													
Leopardo	1	0	0	3	3	3	0	2	0	3	4	2	2	3	2	2	3	3	3	3	3	3	0													
Macaco-cão	10	20	10	15	15	15	5	15	15	8	20	6	6	6	10	6	10	10	20	6	7	5	0													
Pala-pala	2	2	6	10	12	8	1	8	2	4	4	8	6	2	2	3	4	10	16	7	12	13	0													
Porco bravo	6	12	6	20	15	15	5	15	15	2	4	8	6	4	4	8	5	5	5	4	5	6	8													
Zebra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10													
Paios	10	30	0	20	60	20	0	40	15	25	30	20	20	20	22	20	0	0	0	0	0	0	0													

a) refere-se às espécies de cabritos mencionados na Tabela 1 do regulamentos da Lei de Florestas e Fauna Bravia, Decreto 12/2012, de 6 de Junho.

FOTO 4

